



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR
Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão

**COMISSÃO EXTRAORDINÁRIA DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS
E CIDADANIA**

PRESIDENTE: EDUARDO MATARAZZO SUPPLY / ÉRIKA HILTON

TIPO DA REUNIÃO: AUDIÊNCIA PÚBLICA.

LOCAL: Câmara Municipal de São Paulo

DATA: 27/05/2021

OBSERVAÇÕES:

- Notas taquigráficas sem revisão
- Exibição de imagens

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Matarazzo Suplicy) – Como Vice-Presidente nesse instante, e substituindo a Presidenta Erika Hilton, da Comissão Extraordinária da Defesa dos Direitos Humanos e Cidadania, declaro abertos os trabalhos da audiência pública virtual que tem como tema “Acesso e gestão dos serviços de assistência social que atendem e acolhem a população em situação de rua”.

Informo que esta audiência pública está sendo transmitida através do endereço www.saopaulo.sp.leg.br, no *link* AuditoriosOnline/AuditorioVirtual.

Diante do agravamento do quadro da pandemia da Covid-19, SarsCov2, no Município de São Paulo, a Mesa Diretora da Câmara Municipal expediu ato “Câmara Municipal, nº 1.504, de 2021”, que suspende a realização de eventos presenciais nas dependências da Câmara Municipal. Por esse motivo, esta audiência pública ocorrerá de forma exclusivamente virtual.

As inscrições para pronunciamento foram previamente abertas no *site* da Câmara Municipal desde o dia 24 de maio, no endereço <https://www.saopaulo.sp.leg.br/audienciapublicavirtual/inscricoes>.

Agradeço a presença de vocês nesse importante diálogo sobre os serviços socioassistenciais voltados a pessoas em situação de rua.

Segundo último censo da população em situação de rua, realizado no final de 2019, havia 24.344 pessoas em situação de rua em São Paulo, um aumento de 53% em relação ao censo anterior de 2015. Desse total, aproximadamente metade encontra-se em centros de acolhida e metade dormido nas ruas. Sabe-se que esses dados estão agora defasados. Com a pandemia, veio aumento do desemprego, dos despejos, e, conseqüentemente, da população em situação de rua.

A SMADS já anunciou um novo censo, ainda este ano, em que poderemos medir o impacto da pandemia no crescimento da população em situação de rua em nossa cidade. Ressalto que essa iniciativa é muito importante.

A baixa oferta de vagas em centros de acolhida em comparação com a alta

demanda é um grave problema. Atualmente, a Prefeitura oferece em torno de 14 mil vagas de acolhimento para a população em situação de rua, ou seja, faltam espaços para acolher esse público tão vulnerável.

No momento, estamos vivendo uma pandemia que exige isolamento social para evitar riscos de contaminação. Somando a isso, estamos no período de baixas temperaturas, com muitas noites frias, como foi a noite que passou. Esses dois pontos exigem políticas públicas efetivas e diversas. Não haverá solução única para a questão do acolhimento da população em situação de rua.

Por meio de um pedido de informações enviado à SMADS, tive acesso a um dado de difícil acesso: a quantidade total de vagas em centros de acolhida em nossa cidade. Dados enviados pela Secretaria na última terça-feira – portanto, bem recente – indicam 101 centros de acolhida, com um total de 14.327 vagas. Desses 101 centros, 8 são equipamentos emergenciais, devido à pandemia e ao frio, com um total de 787 vagas. Ou seja, a cidade conta com 13.540 vagas regulares.

No ano passado, as vagas emergenciais chegaram a 1.080 em 12 equipamentos. Neste ano, mesmo passando pelo auge da pandemia, possuímos menos vagas que em 2020. A parceria com a rede hoteleira, uma solicitação desde o início da pandemia, que estava em 430 vagas, no fim de 2020, teve um aumento, chegando a 600 vagas para idosos que estavam em centros de acolhida para adultos. O número é considerado ainda baixo, dada a atual situação que estamos vivendo.

Em resumo, considerando o número de vagas em centros de acolhida e na rede hoteleira, temos um total de vagas inferior a 15 mil – aproximadamente, 60% do total da população em situação de rua, segundo censo já defasado.

Além da ausência de acolhimento, precisamos discutir a qualidade dessas vagas.

Em meu gabinete recebo diversas denúncias de problemas em centros de acolhida com a presença de percevejos e pombos, ausência de bagageiros, transferências por excesso de tempo ou desligamentos arbitrários do serviço, entre outros problemas.

Enviei ofício para a SMADS com questionamentos acerca da região de Santo Amaro e Lapa, mas até o momento não obtive resposta. O de Santo Amaro foi enviado em 25 de fevereiro e o da Lapa em 11 de maio. Peço, por gentileza, que possam ser respondidos.

Outro ponto importante é a região da Luz conhecida como Cracolândia.

No ano passado o Atende foi fechado, prejudicando as pessoas que ali estão. a Prefeitura disse que fará uma nova ação na região para o desmonte das barracas. Historicamente, essas ações não surtem qualquer efeito; pelo contrário, só aumenta a violência contra as pessoas.

Faço aqui o meu apelo para que não façam a ação sem o devido atendimento para as pessoas.

O programa de metas apresentado pela Prefeitura foi insuficiente no tema da população em situação de rua.

Primeiro ponto: destaco a ausência de moradia e políticas de emprego e renda específico para esse público. Na Assistência Social, somente 12 centros de acolhida par ao reordenamento da rede, apesar de necessário, não atinge uma grande parte do público. Também não é prevista a abertura de CREAs e Centros POP, serviços essenciais para a Pop Rua.

Estamos vivendo um momento atípico e desesperador. A pandemia atinge toda a população. Novamente, os mais vulneráveis são os mais prejudicados. Para combater a Covid-19, a Organização Mundial da Saúde pede que todas e todos fiquem em casa e que tomem as precauções com higiene e limpeza. E quem não tem casa? Temos mais de treze mil pessoas dormindo nas calçadas, nas praças ou embaixo de viadutos ou marquises; e esse número tende a subir, com o aumento do desemprego e com as reintegrações de posse, que infelizmente vêm ocorrendo, apesar das decisões, por exemplo, recomendações da Justiça, já aprovado na Câmara dos Deputados, que não deve haver, durante a pandemia, essas reintegrações, e também pela Assembleia Legislativa; e há projetos, na Câmara Municipal, nesse sentido.

É de extrema urgência que sejam disponibilizadas alternativas que garantam o acolhimento de qualidade das pessoas em situação de rua.

Eu venho aqui formular algumas perguntas para a Sra. Secretária de Desenvolvimento e Assistência Social, quais sejam: A SMADS não planeja a abertura de mais centros nas regiões com maior concentração de pessoas em situação de rua, como, por exemplo, a Lapa? Segundo, nesse período de baixas temperaturas, a SMADS abriu apenas 200 vagas no Clube Tietê, conforme resposta de requerimento de informações. Está prevista a abertura de mais alguns centros de acolhida emergencial, considerando que o inverno ainda nem começou, e a busca por vagas anda tão difícil?

Segundo a resposta da SMADS, os doze centros de acolhida que serão abertos, ao longo dos próximos quatro anos, serão para reordenamento da rede, tão necessário, já que atualmente muitos equipamentos estão em galpões com mais de 300 pessoas. Entretanto, apenas o reordenamento não aumenta o número de vagas. A SMADS pretende manter menos de 14 mil vagas até 2024, ou aumentará o número de vagas? Atualmente há oito centros de acolhida emergenciais, com aproximadamente 800 vagas e mais a parceria com a rede hoteleira, com 600 vagas, totalizando 1.400 vagas emergenciais.

Quando acabar a pandemia e o frio, para onde serão encaminhadas essas pessoas? Em 2019, esta Comissão de Direitos Humanos e Cidadania visitou oito centros de acolhida e produziu um importante relatório, que apontou os principais problemas e sugestões de melhorias nesses equipamentos. O que foi feito a partir do relatório enviado?

Eu quero também agradecer a Sra. Eliana e o Sr. Ricardo, que estão traduzindo a audiência em Libras, e gostaria de aqui dar uma informação a Sra. Secretária Berenice Giannella, que tem acompanhado a batalha pela Renda Básica de Cidadania.

A SRA. MÔNICA NASCIMENTO NADER - O Vereador Dr. Sidney Cruz está presente, como também a Vereadora Cris Monteiro, a Covereadora Carolina, e a Sra. Secretária Berenice.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Matarazzo Suplicy) - Bom dia, Sra. Secretária Berenice.

Eu gostaria de atualizar uma informação à senhora, que conhece bem a lei 10.835, aprovada por todos os partidos no Congresso Nacional em 2002 e 2003, sancionada pelo Presidente Lula em 08 de janeiro de 2004, ainda, não regulamentada, embora tenham se passados 17 anos.

Pois bem: A Defensoria Pública do Rio Grande do Sul, em nome de um morador de rua de 51 anos, epilético, de Porto Alegre, natural de Uruguaiana, Sr. Alexandre da Silva Português, solicitou que esse homem que havia obtido uma Bolsa Família de 89 reais para si, que viesse a ter o direito à Renda Básica de Cidadania; e a Defensoria Pública ingressou com um mandato de injunção, impetrado com respeito à Presidência da República, o Sr. Jair Bolsonaro, e perante o Supremo Tribunal Federal, que, em 26 de abril passado, pela decisão de seus onze Ministros, determinou que, no ano fiscal de 2002, deverá o Poder Executivo iniciar a regulamentação dessa lei, provendo a todos que estejam em condição de pobreza extrema e pobreza absoluta uma Renda Básica de Cidadania; e acredito que isso será um passo importante e estará afetando também quando plenamente instituída a Renda Básica de Cidadania, que um dia será universal e incondicional.

É claro que vai afetar a situação da população de rua em todo o Brasil, inclusive na cidade de São Paulo; e não é à toa que quando a coordenação nacional, a população em situação de rua, fez uma solicitação a mim, em 2019, para que fizesse uma exposição ali no Cisarite, do que é a Renda Básica de Cidadania Universal. Eles imediatamente pediram, eles resolveram escrever uma carta ao Presidente da República e ao Congresso Nacional, pedido que, o quanto antes, essa lei passe a ser regulamentada.

Essa era a informação que eu queria dar a V.Exa., por sempre estar acompanhando essa batalha pela Renda Básica de Cidadania.

Muito obrigado.

Agora, passamos a palavra para a Secretária Berenice Giannella.

A SRA. BERENICE MARIA GIANNELLA – Bom dia a todos, especialmente ao Vereador Eduardo Suplicy, que me chamou para essa reunião. Queria saudar os demais Vereadores presentes, Vereador Sidney Cruz, Vereadora Silvia, eu não estou vendo todos aqui. Mas, bom dia a todos.

Vou responder algumas perguntas que o Vereador Suplicy fez. Depois, se os Srs. Vereadores tiverem outros questionamentos, eu posso responder. Nós não temos previsão, no momento, de criação de mais centros pop. Temos a previsão de criar núcleos de convivência para a população em situação de rua. No programa de metas são mais nove núcleos de convivência na Cidade, mas não temos previsão de criação de centros pop.

Estamos com a previsão de criar finalmente os dois CREASs, que estão faltando na Lapa e em Parelheiros. A gente já está encaminhando essa proposta para a Secretaria de Governo aqui do Município, porque precisa haver uma reestruturação da Secretaria. Precisa sair um decreto do Prefeito para essa criação. A minuta do decreto está pronta e estamos encaminhando à Secretaria de Governo.

Em relação às vagas da OBT. Na verdade, criamos 200 vagas no Tietê e mais 60 no Pelezão. O Pelezão estava sendo utilizado para diagnosticados ou suspeitos de Covid. Temos também um equipamento na Vila Clementino, na Rua Doutor Bacelar, que está sendo usado para suspeitos diagnosticados de Covid.

Como esse número caiu na PopRua, acredito que especialmente em função da vacinação que a Secretaria Municipal de Saúde fez, a partir da semana que vem o Pelezão, que é outro centro esportivo, vai ficar totalmente destinado para a Operação Baixas Temperaturas.

Então, todos com Covid ou o diagnóstico de Covid, com suspeita de Covid, serão encaminhados à Rua Doutor Bacelar, onde temos 60 vagas; e o Pelezão vai ficar integralmente para Baixas Temperaturas. Então, teremos, além das 260 que já temos hoje, mais 40 vagas.

No momento, essas vagas têm sido suficientes para os acolhimentos que a gente tem feito. Se por acaso houver um aumento da demanda, a gente vai ver o que fazer. A nossa

central de atendimento emergencial tem dado todas as vagas que têm sido pedidas à noite. Então, no momento, não há uma demanda maior por vagas, mesmo decorrente da Operação Baixas Temperaturas.

Lembrando que alguns dos acolhimentos que foram feitos emergencialmente ano passado para a Covid, depois ficaram para Baixas Temperaturas, continuam funcionando, a exemplo do acolhimento de Santo Amaro, no Centro Esportivo Joerg Bruder e de Santana, que é um acolhimento para mulheres. Ambos continuam funcionando e o da Mooca também e não há perspectiva de serem desativados agora.

A gente está com uma previsão de aumento de algumas vagas para a população em situação de rua. Mas, estamos dependendo de uma realocação de orçamento, porque a gente precisa tirar de um lugar para pôr em outro. Temos procurado fazer esses acolhimentos um pouco mais específicos, dando uma atenção especial para a população idosa e para as famílias.

Então, além das 600 vagas de hotel para idosos que foram criadas – as últimas 170 estão sendo ocupadas essa semana -, nós já tínhamos criado mais 207 vagas para idosos num antigo hotel aqui no Centro, que foi inteiramente alugado pela SMADS. Nós temos lá 207 idosos e pessoas com deficiência.

Temos um centro de acolhida de família aqui onde era antigamente o Art Palácio, em frente à igreja, no Largo do Paissandu, para 260 pessoas, especificamente para famílias. E temos alguns outros locais que estamos em vias de alugar para atender esses públicos: família e idosos.

Temos um edital em andamento para homens trans na Regional de Santana, que deve estar finalizando, porque já foi feita a inserção de entrega de propostas. Então, no momento, temos essa previsão de aumento de vagas.

A gente não tem falado em abrir mais vagas, porque nós temos – e eu reitero isso todas as vezes que venho aqui – vagas ociosas na nossa rede. Temos, como todos vocês sabem aqui, pessoas que não querem ir para o centro de acolhida pelas mais diversas razões,

alguns por problemas de saúde mental; outros porque preferem ficar na rua mesmo. Então, a gente ainda tem vagas ociosas na rede.

Então, estamos trabalhando agora para criar vagas específicas, como eu disse, para a população idosa e para famílias, que é uma carência que temos. Mas, não temos previsão de criar, pelo menos esse ano, mais vagas para homens, porque temos vagas sobrando. Temos vagas sobrando para mulheres e temos vagas sobrando para mulheres vítimas de violência.

Sem contar o SAICA, Serviço de Acolhimento Institucional para Crianças e Adolescentes, hoje temos 380 vagas ociosas. Temos criado as Repúblicas Jovens para acolher as crianças que saem dos SAICAs e não tem família e o programa Família Acolhedora para crianças que têm o perfil para ir para as famílias.

Já temos três serviços de Família Acolhedora funcionando. Em breve teremos um quarto na região de Guaianases e já temos um edital em andamento para a região da Lapa. Esses acolhimentos emergenciais, como eu disse, serão mantidos. Não há nenhuma perspectiva de eles serem desativados no curto prazo.

E com relação à renda básica, precisamos talvez ter uma discussão mais aprofundada aí na Câmara. É um programa que exige recursos e esses recursos têm de vir do Orçamento da Prefeitura que é aprovado pela Câmara.

No ano passado a Prefeitura destinou 420 milhões para o pagamento da Renda Básica Emergencial; neste ano, mais 420 milhões. Nesta semana nós começamos o pagamento da terceira e última parcela deste ano.

A implantação de um eventual programa de renda básica vai precisar de um aporte de recursos financeiros para a Assistência Social e nós precisamos da indicação de onde esses recursos eventualmente vão sair.

Acho que as perguntas que o Vereador fez eu respondi todas. Estou à disposição para mais algum questionamento que seja feito.

Nós colocamos também no Programa de Metas a abertura de núcleos de

convivência para idosos e centros-dia para idosos também. A população idosa está crescendo e é absolutamente importante abrir serviços para idosos, especialmente serviços de convivência e o próprio Centro-Dia, que possibilita à família, ao cuidador do idoso sair para trabalhar, ter uma vida enquanto o idoso fica no equipamento da Prefeitura das 7h às 19h. E também os serviços de convivência de idosos, porque com esses serviços se consegue fazer com o que o idoso vá menos para instituições de acolhimento, instituições de longa permanência de idosos. Um dos motivos que leva os idosos para esses locais é a depressão, o abandono da família, enfim, então nós colocamos no Programa de Metas a criação de núcleos de convivência de idosos ou de CC Inters também, que são centros intergeracionais, e de centros-dia para idosos.

Era isso.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Matarazzo Suplicy) – Muito obrigado, Secretária Berenice.

Vou abrir a palavra para os Vereadores presentes, Sidney Cruz e Cris Monteiro, e também para os membros da sociedade civil inscritos: Darcy Costa, Valéria Jurado, Michelly Gabilan, Murilo Moraes, Alderon Costa, Quelsene Medeiros, Marco Monido, Rosana Lessa, Darlene Afonso, Julio Cesar Andrade, Carolina Teixeira. Primeiro, Sidney Cruz tem a palavra.

A SRA. MÔNICA NASCIMENTO NADER – Só queria registrar a presença do Vereador Paulo Frange.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Matarazzo Suplicy) – Paulo Frange também presente e, se quiser, pode falar.

Vereador Sidney Cruz, por favor.

- Falha na transmissão. Registro prejudicado.

O SR. DR. SIDNEY CRUZ – Quero cumprimentar a Secretária Berenice Giannella, Secretária Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social, os Vereadores presentes, a Vereadora Cris Monteiro. Cumprimento a Mônica, sempre nos oferecendo todo o suporte necessário para o bom desenvolvimento dos nossos trabalhos.

Secretária, nós temos hoje mais de 24 mil pessoas em situação de rua na cidade de São Paulo e infelizmente esse é um número crescente. Essa última pesquisa de 2019, e é nítido que neste momento pandêmico esse número deve ter aumentado muito.

Eu quero fazer uma pergunta a V.Exa. Antes da pandemia nós tínhamos o Centro de Capacitação Técnica para adultos em situação de rua. Neste momento pandêmico existem cursos disponíveis *on-line* ou outras atividades para esse público que merece toda a nossa atenção?

Essa é a minha pergunta, Vereador Suplicy. Eu quero só complementar todas as perguntas que V.Exa. já fez no início da audiência.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Matarazzo Suplicy) – Vereadora Cris Monteiro, pode também formular a sua pergunta.

A SRA. CRIS MONTEIRO – Obrigada. Bom dia a todos, a todas as autoridades. Infelizmente estou no *i-phone*, não consigo ver todos, não vou incorrer no risco de não me referir a todos os presentes, então faço uma saudação geral.

A pergunta que eu tenho para a Secretária Berenice... Primeiro quero confessar a minha total ignorância sobre o assunto. Sou vereadora de primeiro mandato, nunca estive numa câmara e tenho investido muito na minha capacitação sobre os diversos temas que a gente vem discutindo.

Quando eu chego à Câmara – agora menos, porque estamos fazendo muitas coisas *on-line* -, eu sempre vejo aqueles moradores ali próximos, dormindo e tal, e fico o que nós podemos fazer para que essas pessoas sejam retiradas das ruas.

Eu escuto recorrentemente – a senhora falou agora na sua fala - que muitas pessoas em situação de rua não querem ir para os abrigos, preferem estar nas ruas. Eu não consigo entender isso. Obviamente que os senhores sabem muito mais do que eu, mas eu fico pensando que não pode ser. Então os abrigos não são a nossa resposta, eu penso. Se os moradores não querem ir para os abrigos, os abrigos são uma resposta tática e não estratégica.

O que precisamos fazer para tirar essas pessoas das ruas? Essa pergunta – a senhora já deve saber – é de uma pessoa ignorante no assunto, totalmente ignorante, mas eu não consigo entender. Se a pessoa pode ir para um lugar, tomar um banho, dormi em algum lugar. Claramente tem a questão dos animais. Tem os casais que acabam ficando separados, porque os abrigos são para homens e mulheres, e compreendo ser assim.

Então eu queria deixar essa observação e procurar entender um pouco mais. A minha pergunta vem do meu coração, não é uma pergunta desafiadora; é para que eu possa ouvir de alguém que trabalha com isso para que eu possa entender mais sobre o assunto.

Eu já agradeço.

A SRA. MÔNICA NASCIMENTO NADER - Vereador Suplicy, a Coveadora Carolina Iara também quer falar.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Matarazzo Suplicy) – Coveadora Carolina Iara, com a palavra. Por favor.

A SRA. CAROLINA IARA - Obrigada, Vereador Suplicy, obrigada a todos, todas e todes que estão presentes. Bom dia, aos Vereadores, à sociedade civil, ao Estado. Bom dia, Secretária.

Como já foi apresentado, sou da Bancada Feminista. Eu gostaria de perguntar para a senhora, na verdade, duas questões. A primeira é relacionada com a população trans, por eu ser uma pessoa trans que está na Câmara hoje, tenho essa comunicação direta com os movimentos trans, há bastante reclamação referente, principalmente de mulheres trans e travestis, mais na população trans geral como um todo, para conseguir abrigo nos centros de acolhimento.

São muitas reclamações de casos de transfobia, ou medo do próprio estupro, no caso de mulheres trans e travestis que são encaminhadas para Centros POP Rua, onde há homens.

Eu gostaria de saber se a Secretaria tem algum... A Secretaria já citou o edital para homens trans, para centros de acolhida de homens trans, já sinaliza que sim, de que há uma

preocupação, mas gostaria de saber também se há outras coisas, para além desse edital, sendo realizadas para essa população que sofre uma série de preconceitos e exclusão, sobretudo quando está envolvida em outras vulnerabilidades, seja no uso abusivo de drogas ou a própria fome mesmo.

A outra questão, puxando o gancho da minha Colega que acabou de falar, a Vereadora Cris Monteiro, eu queria trazer a questão das outras formas de abrigo e se há essa perspectiva de se pensar em outras formas de abrigo.

A gente sabe que existem experiências em outros países e há discussões nos movimentos de população de rua e movimentos de moradia, sobre outras formas de abrigo de pessoas em situação de rua.

Por exemplo, há o *Housing First*, Casa Primeiro ou Primeiro a Casa, que seria um esquema onde as pessoas teriam seus pequenos apartamentos, seus lugares com um certo tipo de autonomia muito maior do que há hoje nos centros de acolhida. A grande reclamação é a excessiva tutela do Estado sobre a vida, enfim, o excesso de regras etc. É uma reclamação recorrente que faz com que as pessoas não queiram ficar nos centros de acolhimento.

Há também esquemas de república, enfim, a gente tem outras formas que eu, inclusive, posso nem conhecer, porque não sou da assistência social, sou das ciências sociais, sou cientista social, mas gostaria de perguntar essas duas coisas para a senhora.

Agradeço bastante a fala e a escuta.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Matarazzo Suplicy) – Obrigado, Vereadora Carolina Iara. Se o Vereador Paulo Frange deseja também arguir, tem a palavra.

A SRA. MÔNICA NASCIMENTO NADER - O Vereador deve estar com algum problema técnico, Vereador Suplicy.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Matarazzo Suplicy) – Então, vamos passar aos membros da sociedade civil. Tem a palavra o Sr. Darcy Costa, Coordenador Nacional do Movimento Nacional de População de Rua

O SR. DARCY COSTA - Bom dia. Gostaria de cumprimentar a Comissão e todos os presentes na pessoa do Vereador Suplicy, também a Presidente da Bancada do Partido do PT, e colocar também o total apoio do Movimento Nacional de População de Rua à proposta de regulamentação da lei da renda básica, que traz a liberdade que é algo que a população em situação de rua mais preza principalmente nesses momentos de pandemia.

A Secretária fez uma bela exposição dos serviços que estão à disposição. Mas eu tenho aqui, Secretária, algumas situações que talvez seja de cunho de gestão, talvez nem da própria SMADS, mas dos serviços, em relação ao atendimento à população em situação de rua. Mas eu acho que talvez a SMADS pudesse, de alguma forma, acompanhar e fiscalizar essas situações.

Por muito tempo nós vivemos dentro de um sistema totalmente assistencialista. Após o decreto nacional que norteia a Política Nacional de População em Situação de Rua, iniciou-se um modelo etapista, da Assistência Social, o que parecia ser uma grande solução, mas trouxe uma limitação da liberdade do sujeito, devido à grande tutela que se dá em cima dele.

Hoje, em nível nacional, estamos lutando pelo Programa Moradia Primeiro, ao Ministério da Mulher, da família dos direitos humanos, que tem um número de emenda e um edital aberto. O Instituto em Rua do Movimento concorreu a esse edital e tem uma proposta de disseminar o Programa Moradia Primeiro em todo território nacional.

Vou começar pelo Brigadeiro CAE, pelo serviço CAE de Famílias, aqui da Brigadeiro, que a gente acabou de receber uma informação de urgência, que o elevador quebrou, estão acusando as crianças que o quebraram, jogando a culpa do rompimento do cabo de aço do elevador, responsabilizando as crianças das famílias.

Temos, também, outro problema no CAE do Paiçandu. Uma mãe que era, antigamente, do Autonomia em Foco da Liberdade foi desligada. Não só ela, mas várias famílias com crianças foram desligadas do Autonomia em Foco. Tentou-se encaminhar essas famílias novamente para os equipamentos de acolhimento coletivos. Quer dizer, regrediram na

forma etapista. O Autonomia em Foco já é uma nova etapa dentro do modelo atual de Assistência. Tentaram regredir e movê-los novamente para a porta de entrada. Eles se recusaram a ir e foram desligados do serviço, porque, lá, também, eles não poderiam ficar.

Conseguiram-se serviços de abordagem no CAE do Paiçandu para essa família, mas não permitiram que a filha dela permanecesse lá também. A filha dela tem três crianças pequenas e uma que está na cadeira de rodas. Depois de uma semana dentro do serviço, colocaram-na para fora. Hoje, ela dorme na Praça da Sé, porque ela se recusa a voltar para a porta de entrada, os CTAs, que são galpões coletivos, uma vez que ela já estava dentro do regime do Autonomia em Foco.

Outra situação é no Prates. Uma pessoa foi desligada do Prates com a acusação de depredação do patrimônio, porque matou um percevejo na parede. A parede tinha sido pintada recentemente e sujou a parede de sangue. Por conta disso, ele foi convidado a se retirar. Caso resistisse, iriam chamar a GCM, porque ele matou um percevejo na parede. O motivo do desligamento foi depredação do patrimônio público.

Outra questão, também, é no CTA Brigadeiro Galvão. Uma pessoa não só foi desligada, porque pegou uma marmita de doação na rua e comeu dentro do serviço, como também foi restrita e, por conta dessa restrição, ela não consegue mais acesso a nenhum serviço de acolhimento.

De fato, outra pessoa, também dentro desse serviço do CTA Brigadeiro Galvão, tirou fotos e, por conta disso, foi desligado do serviço. Havia várias camas vazias, de fato, sem lençóis. Não há lençol no serviço. Não havia cobertor para ele. Às 3h da manhã, ele procura o educador, dizendo: “Olhe, sinto frio. Não tenho cobertor. Não tenho manta. Você não tem uma manta?” Ele disse: “Não tenho. Não posso fazer nada.” Aí, quando ele tirou as fotos, foi convidado a se retirar e, se não se retirasse, iriam chamar a GCM para ele. O educador ainda brincou com ele, assim: “Você vai para a rua e eu, quando terminar o meu serviço, vou para casa e vou dormir quentinho.”

No Autonomia em Foco do Armênia, o educador, o gerente, trata os conviventes

com socos e pontapés. Chama, também, a Polícia Militar e a GCM para intimidar as famílias do Autonomia em Foco do Armênia. Por muito tempo, a geladeira coletiva e o freezer ficaram queimados, desligados. As famílias estavam perdendo alimentos.

O serviço atual, esse modelo de serviço etapista, tira a liberdade das pessoas de ter a sua própria geladeira, de ter o seu próprio fogão, de ter a sua privacidade. Não existem o respeito nem a liberdade dentro dos serviços atuais, hoje, Secretário. Infelizmente, nós temos percebido que essa tutela, ainda que não seja o objetivo, tem se mostrado de forma muito repressora com as famílias, dentro desse atual modelo etapista da Assistência Social.

Nós estamos lutando para que haja moradia, primeiramente, com essa inversão da questão. Em vez de a moradia ser a última etapa da Assistência Social, ela passa a ser a primeira oferta dentro do serviço para quem tem renda zero. As pessoas de renda zero atualmente não acessam, de fato, nenhum programa de política pública dentro do nosso País. Elas estão limitadas a um prato de comida e um pernoite, em que, muitas vezes, não há cobertores, dentro dos serviços.

Outra situação, também, é na Morada São João. As pessoas estão reclamando. Estão passando fome na Morada São João. Os idosos precisam usar o dinheirinho que eles ganham para poder comer, porque há ocasiões em que só estão servindo arroz e feijão para eles. Algumas vezes, servem arroz, feijão, macarrão e salsicha. Precisa-se de nutricionistas, para oferecer como cardápio salsichas? Eu não vejo se salsicha realmente é um alimento nutricional para essas pessoas que estão acolhidas dentro do serviço da Assistência. Há muitas reclamações por questões da alimentação. Sabemos que estamos em tempos difíceis. Geralmente, essas pessoas sofrem muito mais com os problemas, não é?

Mais alguma coisa, aqui? Desligamento, Morada São João, CAE, cobertores, alimentos...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Matarazzo Suplicy) – Sr. Darcy, temos de dar oportunidade a todos os convidados para falar, por favor.

O SR. DARCY COSTA – Sim, Vereador. Então, vou encerrar.

Outro problema muito grave é que não existe segurança da integridade das pessoas dentro dos serviços. As pessoas não se sentem seguras.

Encerro a minha fala.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Matarazzo Suplicy) – Muito obrigado, Sr. Darcy Costa. É importante o seu depoimento.

Vou pedir a cada um - pois há 10 pessoas da sociedade civil inscritas –, se for possível, falar no máximo cinco minutos, eu agradeço.

Sra. Valéria Jurado, voluntária do Centro de Convivência São Martin (Pausa). Ausente. Sra. Michelly Gabilan Rulfini.

A SRA. MICHELLY GABILAN RULFINI - Bom dia a todos. Agradeço a oportunidade da fala. Eu sou do Autonomia em Foco da Armênia. Venho aqui para poder me manifestar. Já sofri agressões, tanto por parte de gerente de convivência, orientador. Tive a minha violação dos direitos humanos restrita, porque aqui é uma autonomia em foco, só que não temos esse direito de autonomia, porque não podemos ter as coisas como: geladeira, direito de visita que sendo está restringido a algumas pessoas, mas outras não. Aqui é por escolha. Eles escolhem. Quem gostaria, quem não gostaria de entrar. Há infestação de baratas, não temos camas, armários entre outras coisas que acontecem aqui no Autonomia. Eu gostaria que vocês pudessem nos fazer uma visita. Não sei se vão poder entrar por causa das restrições de visitas, mas convido vocês...

- Falha na transmissão. Registro prejudicado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Matarazzo Suplicy) - Tem a palavra o Sr. Murilo Moraes Gaulês, do Coletivo Transgressoras.

O SR. MURILO MORAES GAULÊS - Bom dia a todos. Gostaria de agradecer ao gabinete da nobre Vereadora Erika Hilton pelo convite para podermos nos manifestar. Agradeço a possibilidade de diálogo. Gostaria de retomar algumas falas dos Vereadores.

Em primeiro lugar retomar a um questionamento da nobre Vereadora Cris Monteiro, que acho muito importante, sobre qual o motivo dessa população de rua preferir estar na rua,

no frio, do que estar nos abrigos? Também retomar uma preocupação da Vereadora Carolina Lara sobre a população trans. Sou de um coletivo arte e ativista que desenvolve atividades dentro da Casa Florescer II, desde o momento da sua fundação.

Venho aqui falar em nome desse coletivo justamente porque, conversando com as moradoras, mulheres trans dessa casa, entendemos que é uma impossibilidade da maneira como o serviço é gestado, de que essas mulheres consigam manifestar as problemáticas que elas encontram dentro desse serviço.

Estamos falando muito de número de vagas, mas antes de falarmos de número de vagas, precisamos falar da qualidade desses serviços e de como eles estão atendendo essas pessoas vulneráveis. O relato e a experiência prática que nós temos, desde a fundação da Florescer II, é um espaço que só amplia a vulnerabilidade dessas pessoas pela forma como está sendo gestado.

Venho aqui como manifestante do coletivo, primeiro porque temos denúncias e evidências de que a gestão da Casa Florescer II tem atuado contra denúncias das meninas com represálias. Então qualquer uma das meninas, moradora da Casa, que tenta fazer algum tipo de denúncia, acaba sendo silenciada, expulsa dos espaços e restritas nos espaços.

Em outubro de 2020 saiu uma matéria na Alma Preta, uma denúncia de uma moradora dizendo sobre abuso de poder e racismo que ela sofreu na casa. Fui questionar essa matéria com a gestora da casa, Edilene Ferreira, e a resposta que eu tive foi: essas meninas precisam tomar cuidado, porque quando elas reclamam sobre os serviços, elas ficam restritas em todos os serviços. Elas não entram mais. Aqui ela não entra mais. O que é um absurdo. Estamos falando de uma política pública que deveria ser construída a partir da relação com essa população.

Dentre algumas coisas, vou fazer um breve relato. É importante ressaltar que as mulheres trans e travestis vinculadas ao serviço socioassistencial Casa Florescer II não comparecem aos órgãos competentes para realizar denúncias por medo de represálias, pois quando o fazem são frequentemente punidas com desligamentos ou transferidas para outros

serviços e passam a ter cada vez mais dificuldade de se inserir em outros serviços e programas da rede proteção social ao serem etiquetadas como problemáticas muito difíceis.

Uma das conviventes, que não vou citar o nome para preservar sua identidade justamente por conta disso, estava sendo ameaçada, dentro da Casa Florescer II onde residia, por uma ex-convivente que estava visitando. A visita dizia que pegaria seu celular, bateria em sua cara e ela não poderia fazer nada. Quando a convivente foi reportar à casa o que estava acontecendo, foi exposta ao ridículo na frente dos colegas. Além de ter sua denúncia deslegitimada, foi ameaçada pela gestora Edilene, de ser processada por falsidade ideológica sob alegação de que a mesma não possui traços femininos, não toma hormônios e nem possui silicone. Intimidada e ameaçada tanto por uma ex-convivente, que tinha livre acesso à casa, quanto pela equipe técnica, a convivente não se sentiu acolhida nem protegida e por medo abandonou não só o serviço, mas também o programa da Prefeitura. Estava participando de oficinas profissionalizantes e recebendo benefício social e, devido à violência que sofreu, a convivente se submeteu ao retorno familiar, mesmo sabendo das violências que sofre lá, uma vez que não respeita, não aceita sua identidade de gênero, e ela não pode se apresentar como é: uma mulher. Tivemos notícia de que essa convivente está usando vestimenta masculina e até usando barba, uma violência extrema para poder viver sob o teto dos seus familiares, pois, no espaço da rede pública, onde poderia e deveria ser acolhida, teve seus direitos violados, sua integridade negligenciada e sua vulnerabilidade aprofundada.

Diversas questões emergem dessa situação específica. Até onde vai o arbítrio de um gestor de serviço, para definir quem é e quem não é mulher trans, para poder ou não acessar um serviço de assistência especial? E quais os parâmetros que tal gestor pode usar; como uso de tais parâmetros podem ser fiscalizados, para que não sejam aplicados, a ferro e fogo, para algumas conviventes e, com mais flexibilidades, para outras? Ou seja, para que não sejam usados para legitimar perseguições. Como essas mulheres, em situação de extrema vulnerabilidade, podem se articular para questionar os parâmetros que definem seu acesso a esse tipo de serviço ou para denunciar violências e graves ameaças, sem medo de mais

perseguição? Quantas conviventes vão ter seus direitos negligenciados por políticas públicas e serviços ineficientes? Até quando permitiremos que nossas políticas públicas se enfraqueçam e se desviem das funções a que se propõem?

Diversas mulheres acolhidas relatam tratamento desumano, por parte da atual gestora da Casa, por serem tratadas, de forma ríspida, com gritos, expondo-as na presença de outras pessoas, em situações que deveriam ter um atendimento individual e orientação cuidadosa. As intimidações acontecem repetidamente em público e, em particular, com ameaças, punições e desligamento do serviço. Tais intimações são, por vezes, seguidas de conversas particulares, nas quais a gestão entrega doações, que ficam guardadas em sua mala, uma espécie de moeda de troca.

Após a confirmação de duas conviventes, que testaram positivo para a Covid-19, a gestora da Casa ameaçou a acionar a Polícia para uma delas, que estava chorando no sofá, decidindo que faria e como iria proceder a partir dali. Ou seja, em vez de fazer valer as normativas e princípios que regem o SUAS, acolhendo a convivente infectada e realizando os protocolos estabelecidos pela Vigilância Sanitária, orientações da SMADS, a gestora ameaçou uma mulher trans vulnerável e doente. A convivente, que estava emocionalmente abalada e sentindo-se excluída pelas demais moradoras da Casa, pensa em evadir do espaço e ficar na rua.

Pouco depois dessa ameaça, a gestora decidiu que as duas conviventes infectadas permaneceriam no espaço durante o fim de semana, mesma sabendo que seria impossível manter o isolamento delas, já que a Casa Florescer II só possui um quarto para todas as conviventes. Após muita sensibilização, por parte da então assistente social, a convivente ameaçada aceitou as orientações e foi encaminhada para um serviço específico, para pessoas da rede de proteção especial, infectadas pelo Coronavírus. Os procedimentos e protocolos da Vigilância Sanitária e da SMADS, bem como os equipamentos de proteção individual, nunca foram utilizados pela gestora e a psicóloga Patrícia, que não utilizava sequer a máscara de proteção facial, item básico e necessário de cuidados para a prevenção da Covid-19, assim

como não orientava as conviventes em atendimento a utilizar.

Os insumos de higiene básica, como álcool em gel, raramente eram disponibilizados. Vale dizer que o atendimento aos protocolos de saúde e prevenção é parte essencial dos serviços da rede de Assistência Social, sendo inconcebível que pessoas em situação de extrema vulnerabilidade não tenham acesso aos insumos nem incentivo socioeducativo para se proteger.

Por diversas vezes, funcionários compraram cestas-básicas das conviventes por preços irrisórios. Recebemos exemplos que variam entre 30 e 50 reais, fato que indica que parte da equipe se aproveitou das vulnerabilidades dessas mulheres. A gestora está ciente dessa situação há, pelo menos, alguns meses e, até o momento, não soubemos de qualquer responsabilização.

Eu vou encaminhar um documento, que eu gostaria muito que fosse respondido, mas acho que há uma série de absurdos. A gente está falando de vulnerabilidades de pessoas trans, que estão sendo ameaçadas pelo espaço, e não há espaço de denúncia. Vieram aqui nos procurar, por várias vezes, porque sabem que, quando elas acionam e se colocam, dizendo das violências que estão sofrendo, essas mulheres são colocadas na rua.

É muito importante falarmos do número de vagas, mas também precisamos falar sobre a qualidade dos serviços e da política pública que atenda a essa população vulnerável.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Matarazzo Suplicy) - Pode encaminhar, por escrito.

O SR. MURILO MORAES GAULÊS - Para quem eu encaminho, nobre Vereador?

A SRA. MÔNICA NASCIMENTO NADER - Pode encaminhar para a Comissão de Direitos Humanos, Dhumanos@saopaulo.leg.sp.br.

O SR. MURILO MORAES GAULÊS - A senhora pode escrever no *chat*?

A SRA. MÔNICA NASCIMENTO NADER - Eu vou escrever.

O SR. MURILO MORAES GAULÊS - Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Matarazzo Suplicy) - Será encaminhado à Sra.

Secretária.

Tem a palavra a Vereadora Erika Hilton, Presidente da Comissão de Direitos Humanos.

- Assume a presidência a Sra. Erika Hilton.

A SRA. PRESIDENTE (Erika Hilton) – Olá. Boa tarde. Estava com problemas técnicos aqui no plenário.

Boa tarde a todos. Peço desculpas pelo atraso ao entrar na nossa audiência. Justifico que estou sem máscara também porque estou sozinha aqui no plenário.

Agradeço o nobre Vice-Presidente desta Comissão, Vereador Eduardo Matarazzo Suplicy, pela excelente condução dos trabalhos, enquanto eu não chegava.

Nobre Vereador Dr. Sidney Cruz, V.Exa. havia pedido a palavra, pela ordem?

O SR. DR. SIDNEY CRUZ - Boa tarde, nobre Vereadora.

Nobre Vereadora, eu não sei quantas pessoas estão inscritas para a fala.

O SR. EDUARDO MATARAZZO SUP LIC Y – Há mais cinco.

O SR. DR. SIDNEY CRUZ - Eu queria sugerir, Sra. Presidente, um tempo razoável para essas falas, porque se não estipularem um tempo, acho que não vai haver um horário para terminar; e eu sei que todos nós aqui estamos disponíveis para essa audiência, mas temos também outros compromissos agendados; e eu gostaria de acompanhar todas as falas, se possível.

A SRA. PRESIDENTE (Erika Hilton) – Perfeito, nobre Vereador. Nós vamos então pedir para que as pessoas tentem concluir as suas falas no tempo de três a quatro minutos; e peço a gentileza da Sra. Mônica, nossa Secretária, de interpelar as falas; e quando estiver dando esse tempo, peço que a senhora gentilmente sugira a conclusão dos nossos convidados. A gente sabe que são muitas demandas e esse tema, sem sombra de dúvidas, tem muitos apontamentos a serem feitos, mas como o Vereador Dr. Sidney Cruz aponta, de forma brilhante, se nós não conseguirmos conter o tempo das falas, todos não conseguirão falar e nós não conseguiremos ouvir também o Poder Executivo ao final.

Então, peço que a Sra. Mônica, por gentileza, aos quatro minutos, possa informar e pedir a conclusão dos nossos convidados.

Tem a palavra o Sr. Alderon Costa, do Comitê Intersetorial de Política Municipal para a População em Situação de Rua.

O SR. ALDERON COSTA - Bom dia a todos. Em nome da Vereadora, Presidente desta Comissão, Sra. Erika Hilton, eu cumprimento todos os presentes nessa audiência. Para ganhar meu tempo, vou já iniciar fazendo uma fala tentando focar na questão do acolhimento, mas antes é importante a gente lembrar que nós estamos num tempo de pandemia, e, segundo as últimas informações, a situação da pandemia pode se agravar.

Então, já inicio a minha fala dizendo que nós temos que ficar atentos a essa questão, em relação à população em situação de rua.

Aqui faço já a memória dos mais de 40 oficialmente mortos nessa pandemia em situação de rua por Covid. Acho que esse registro é importante no dia de hoje, apesar desse número ser questionado por todos nós.

Eu queria iniciar agradecendo esse espaço à Comissão de Direitos Humanos, a presença da Secretária Berenice, nós sabemos da complexidade que é o serviço, o tamanho que é o serviço, não é fácil realmente, mas estamos aqui para contribuir, para colaborar, apesar de, muitas vezes, trazer denúncias muito difíceis, muita dura para nós todos. Acredito que para a Secretária também não é fácil ouvir o que está acontecendo com a população em situação de rua na cidade de São Paulo.

Queria, Mônica, não sei como eu faço, mas começar com um depoimento que recebi ontem. É só abrir aqui, como eu faço? (Pausa) Mônica?

A SRA. MÔNICA NASCIMENTO NADER - Desculpe, Alderon, sim, você tem mais três minutos, perdão, dois minutos.

O SR. ALDERON COSTA - Ok, mas eu tenho um áudio para passar, como eu faço?

A SRA. MÔNICA NASCIMENTO NADER - É só compartilhar.

O SR. ALDERON COSTA - Só compartilhar. Vou tentar, se não der, tudo bem, depois eu encaminho para vocês. Aliás, já mandei para a Julia, se estiver por aqui e ela puder encaminhar enquanto eu falo, assim ganho tempo. Por favor, Julia, se você puder encaminhar para a Mônica.

A SRA. MÔNICA NASCIMENTO NADER – Já me encaminhou. Vou passar. Pode continuar falando enquanto isso.

O SR. ALDERON COSTA - Maravilha. Você me avisa quando iniciar. Eu queria já falar um pouquinho e perguntar para a Secretaria como é que anda a questão da formação das equipes, tanto da Supervisão, quanto dos trabalhadores das organizações, bem como dos trabalhadores da Prefeitura, servidores e servidoras. Queria entender um pouco como é que está sendo isso, claro, estamos num período de pandemia, mas seria muito importante que se mantivesse esse programa de formação.

Seria importante também perguntar para a Secretaria como é que anda a articulação de todos os serviços, desde os Centros de Acolhida, Centro POP, existe uma coordenação geral, existe uma articulação entre esses serviços? Estou perguntando realmente, porque o que vou relatar tem muito a ver com isso.

E, para além dos problemas tradicionais, que permanecem, Secretaria, todo dia eu vejo. Como sou Conselheiro, no Comitê, pela Associação Rede Rua, todo dia recebemos uma ligação, um e-mail, uma mensagem de problemas como limpeza, manutenção, sobre a alimentação, sobre violência, aliás, como já trouxe o Darcy, e tantos outros, como o mais tradicional, o da muquirana, de que as camas ainda permanecem com o problema da muquirana.

E quero perguntar também à Secretaria sobre o Zachi Narchi. Temos recebido algumas reclamações ainda, porque, em 2019, nós estivemos lá com a comissão pelo Fórum da Cidade, junto com a Comissão de Direitos Humanos, e a situação estava muito difícil lá, bem precária realmente. Queria, então, saber, como é que anda esse serviço e se foram feitas algumas alterações em termos da qualidade do serviço, a questão da relação ao tráfico, às

drogas, enfim, tudo isso nós apontamos naquele relatório.

A SRA. MÔNICA NASCIMENTO NADER – Peço licença, a hora que você quiser, a Julia já está com o áudio no ponto.

O SR. ALDERON COSTA - Por favor, pode soltar, eu já entro nesse tema.

A SRA. MÔNICA NASCIMENTO NADER – Julia, por favor.

A SRA. JULIA – Vou soltar. Vocês me ouvem? (Pausa) OK. Está ótimo.

- Exibição de vídeo:

“Bom dia, tudo bem, como é que a gente faz reclamação sobre a abordagem social de rua? Ontem uma munícipe de Osasco que trabalha em São Paulo fez um chamado para uma moça de 30 anos, deficiente no 156; eles foram lá; fizeram a intervenção, falaram que iam levá-la para o Acolhimento Butantã; depois, ligaram que não tinha mais vagas e que iam deixar a menina próxima ao metrô, para que outra equipe viesse fazer a intervenção. Achei isso um absurdo, independente das passagens – que sei existem – de plantão, mas isso? Deixar a pessoa na rua? Resumo da história: a menina não foi para o Acolhimento, ela tinha passado uma situação de violência na rua, ela estava super apreensiva e não queria ficar na rua. Gente, o que acontece com esses serviços? E ainda, a menina que fez toda a intervenção, chamou o 156, eles ligaram e ficaram falando, achando que era normal falar dos procedimentos que eles iam ter. Nossa, eu achei um absurdo. O que a gente faz? Aí agora, a menina que fez a denúncia, a Adriane está super magoada – até eu estaria – ligou chorando tentando achar a Geiza que é o nome da Prestação de Rua, e não encontra mais. Que absurdo. O serviço está totalmente desconectado da proposta de trabalho”.

O SR. ALDERON COSTA - Obrigado Julia, obrigado Mônica. Bom, Secretária, recebi esse áudio ontem. E fui checar com a munícipe que estava muito próxima dessa senhora, ali, na Alameda Santos. Durante um mês ela fez contato. Tentou que ela fosse para um abrigo. Ela resistiu mesmo a ir ao abrigo, aliás, a maioria resiste até por conta de várias questões, não cabe aqui colocá-las agora.

A SRA. MÔNICA NASCIMENTO NADER – Desculpe, peço para encaminhar para

o final, por causa do tempo.

O SR. ALDERON COSTA - Claro, apenas que vou parar por aqui, porque estou apenas na metade dos problemas que temos. Desculpe, Mônica, eu pediria mais dois minutos, pelo menos. Vou tentar fazer em dois minutos. Por favor. É tão demorado, nós já pedimos essa audiência há muito tempo, agora, gostaria de tentar aproveitar. Eu tenho muitas questões, mas a principal é essa, eu já passei.

Essa Sra. Geisa está perdida, não a localizamos. A Adriane, que é a munícipe, está dia e noite procurando. Agora mesmo falei com ela, ainda não encontrou com ela, inclusive encaminhei ontem mesmo um pedido de socorro, ao Comitê, para ajudar a encontrar a Geisa Angélica.

Então, é mesmo um absurdo isso, quer dizer, tira a pessoa de uma situação ruim e a leva para situação pior ainda.

Como meu tempo está esgotado, eu só queria ainda falar, Secretaria, sobre essa questão dos números, que é muito difícil. Pediríamos, se fosse possível, que a senhora encaminhasse para todos nós, para a Comissão, para o Comitê POP Rua: onde estão essas vagas, quais são as organizações, essas organizações estão recebendo por esses serviços ou não. Gostaríamos de receber mais informações, porque, se não, fica uma fala solta, descontextualizada e a gente, realmente, simplesmente não acredita, porque todos os dias temos problemas com questões de vaga. Ou, então, a senhora nos passa um contato dizendo: “Se você tiver problema de vaga, ligue para esse número que vai encontrar uma vaga”. Até agora não encontramos essas vagas nem nos centros de acolhida, nem nas repúblicas. Então, queria deixar um pedido realmente para que a senhora fizesse isso.

Como meu tempo esgotou, vou só fazer uma sugestão para senhora: que se faça uma discussão desse edital das repúblicas. Pode ser no comitê. A secretaria pode chamar uma reunião online para a gente discutir esse comitê, porque eu acho que tem muita organização interessada nos hotéis e nas repúblicas porque são serviços de ponta, de saída.

Então, a gente pode até conversar e ver como é que podemos ajudar a secretaria.

Coloco-me à disposição. Obrigado, Mônica. Obrigado, Vereadora Erika Hilton. Obrigado, Suplicy. Estarei acompanhando e a gente depois complementa enviando os documentos.

A SRA. PRESIDENTE (Erika Hilton) – Obrigada, Alderon, pela excelente contribuição.

Gostaria de chamar agora a Sra. Kelseny Medeiros.

A SRA. KELSENY MEDEIROS – Obrigada, Presidenta. Quero agradecer à Presidenta, ao Vereador Suplicy.

Venho representando o Fórum das Cidades de acompanhamento das políticas públicas para população em situação de rua e eu deveria falar aqui sobre os desligamentos. Sei que muitas pessoas já fizeram relatos, mas eu acho que esse relato é muito importante para introduzir a minha fala.

— Não faz duas semanas que um conselheiro, uma pessoa eleita pela população em situação de rua, com quase 100 votos, Secretária, essa pessoa trouxe para a gente o relato de que estava sendo ameaçada de desligamento de serviços emergenciais por denunciar as más condições. Uma semana depois, esse Conselheiro, eleito pela população em situação de rua, trouxe um áudio da gerente do serviço falando que as pessoas seriam desligadas. As pessoas que até então estavam com vagas fixas 24 horas seriam desligadas porque eles utilizariam aquele clube para outra coisa, o Jorge Bruder.

Tentamos entender o que estava acontecendo, entender por que, ao contrário das portarias da pandemia que determinam que as vagas sejam fixas e 24 horas, aquelas pessoas estavam sendo desligadas. Não deu tempo. Esse Conselheiro foi transferido e foi levado até um equipamento, o Atende 4, que é um equipamento para pessoas que utilizam álcool e drogas, o qual ele não tem o perfil. Chegando lá, ele foi informado que a vaga dele não seria fixa e que ele só teria vaga para dormir aquela noite.

Ele quase sofreu um acidente nesse equipamento porque ele tem muletas e o equipamento não estava preparado para recebê-lo. Ele ainda ficou doente, ele foi infectado por percevejos que estavam no equipamento e acabou tendo que recorrer ao hospital.

Eventualmente, conseguimos a volta desse Conselheiro ao equipamento Jorge Bruder onde ele já tinha uma série de encaminhamentos médicos agendados e um monte de coisa.

Mas o que fica, Secretária, é: se isso acontece com uma pessoa que é um conselheiro municipal, imagina o que não está acontecendo com outras pessoas que acessam essa rede e que não têm acesso ao que esse Conselheiro tem, a mesma forma de denunciar.

Vou falar que ele não está sozinho realmente. Trago os dados que eu precisava trazer aqui. Segundo informações obtidas pelo comitê no dia 12 de agosto de 2020, em junho de 2020, que era o primeiro pico da pandemia, 6.317 pessoas foram desligadas da rede de acolhimento de assistência social do Município. Se considerarmos que temos em torno de 3.500 vagas para essas pessoas, estamos falando de quase metade das pessoas foram desligadas. Então, ele realmente não está sozinho. O desligamento ele é uma realidade da rede de acolhimento.

Ficamos ainda mais estarecidos quando a gente entra na qualidade desse desligamento. Somente 8% das pessoas dessa rede, segundo os dados que foram passados ao comitê, saem com saída qualificada, ou seja, nós estamos falando que mais de 90% das pessoas são desligadas por vários motivos que não ir a um lugar melhor, não sair da rua. Então, somente 8% das pessoas, dessa 6.000 que foram desligadas, saíram para um lugar melhor, para uma moradia ou de volta às suas famílias. O resto das pessoas foi desligada por outros motivos que não esse. Então, estou trazendo aqui dados, Secretária, para a gente pensar que a rede de acolhimento em números não está trazendo saída de rua para as pessoas. Isso é o que os números nos dizem.

Para concluir, temos muitos problemas. O que demonstram esses dados? Que as vagas têm de ser fixas porque as vagas de pernoite mascaram a demanda de vagas. Temos de criar uma central única de vagas porque a regulação das vagas é muito confusa. Temos de admitir que os órgãos de controle e supervisão do Centro de Acolhida não estão funcionando. Precisamos criar um canal de denúncia efetivo para pessoas em situação de rua.

O Átila é um conselheiro municipal e por isso conseguiu denunciar, o que não acontece com o resto das pessoas. É isso.

A SRA. PRESIDENTE (Erika Hilton) – Obrigada, Kelseny. Obrigada, Mônica.

Tem a palavra o Sr. Marcos Muniz, do Conselho Municipal de Assistência Social.

O SR. MARCOS MUNIZ – Bom dia a todos. Sou Marcos Muniz, Presidente do Conselho Municipal da Assistência Social. Quero agradecer o convite para participar deste debate.

Quero dividir a minha fala com o Sr. Alexandre Pato, que é Conselheiro do segmento de população de rua e tem uma atuação bastante efetiva e um acompanhamento não somente por ser usuário, mas também por ser conselheiro e deixa esse tema em relação à pop rua bastante quente dentro de nossos debates.

Eu acho que nós, ouvindo todos vocês, em nome da Secretária, eu acho que precisamos pensar que a política em relação à pop rua e também as outras áreas da Assistência, tanto proteção básica e de média complexidade, elas precisam caminhar, cada vez mais, em uma integralidade. Então, quando falamos da pop rua, na questão da oferta de atendimentos, temos um público específico, que é um público que ainda tem uma certa autonomia para... quando nós falamos para a população de rua com o comprometimento da Saúde, esse público especificamente vai precisar demandar um outro tipo de estratégia e abordagem. E tem também uma demanda bastante interessante que o movimento da população de rua traz que é a questão da autonomia. Eu acho que esses três públicos estão muito bem caracterizados dentro da Capital. E nós precisaríamos pensar, de forma integrada, Assistência, Saúde e Educação, o Executivo, o Legislativo e Direitos Humanos como podemos criar um programa no sentido que essa integralidade seja efetiva e a longo prazo, não uma política que aconteça de uma forma pontual. No Conselho nós estamos debatendo bastante essa questão da população de rua e os outros temas com relação à Assistência de forma bastante efetiva. Nós temos também um trabalho muito impactante e uma coisa que também nos traz uma certa fragilidade dessa questão da pasta que é a questão orçamentária. Se nós

formos fazer um levantamento básico do que é o previsto orçamentário do orçamento da Assistência, ele não chega a 0,3 do PIB do Município. Então, nós estamos falando de uma política que tem trazido bastante desafio e complexidade no tipo de atendimento; esse atendimento, cada vez mais, vai precisar de mão de obra especializada e qualificada; uma rede de atuação das organizações também que ser bastante monitoradas e o orçamento do Município, em relação a isso, considerando o Fundo e considerando que vai para SMADS, não chega a 1% do que é tratado aí, do que foi votado no Legislativo. Então, eu acho que esse é um ponto em que nós precisaríamos avançar.

Eu gostaria que o Sr. Alexandre falasse um pouco do trabalho e acompanhamento que ele tem feito na Comissão, no Conselho, e também dizer aqui que as portas do Conselho estão abertas e eu disponibilizando um *link* para que tenhamos participação efetiva da sociedade nesse sentido.

A SRA. PRESIDENTE (Erika Hilton) – Sr. Alexandre, pode fazer uso da palavra, por gentileza.

O SR. ALEXANDRE PATO – Eu sou Alexandre Pato. Sou Conselheiro do Comas, do segmento dos usuários, e sou Coordenador do... (Falha na transmissão.) ...nós não temos recebido essas denúncias. Aquelas que nós temos recebido, graças a Deus, nós temos...

- Falha na transmissão. Registro prejudicado.

A SRA. PRESIDENTE (Erika Hilton) – Sr. Alexandre, nós não estamos conseguindo compreender o senhor.

O SR. ALEXANDRE PATO – Vocês estão me ouvindo?

A SRA. PRESIDENTE (Erika Hilton) – Agora sim.

O SR. ALEXANDRE PATO – Eu sou Coordenador do GT Denúncia, sou Conselheiro do Comas, no segmento dos usuários. Eu moro em...

- Falha na transmissão. Registro prejudicado.

O SR. ALEXANDRE PATO – E devo falar que essas denúncias não têm chegado ao Comas. Eu sou Coordenador do GT Denúncia. Aquelas que têm chegado ao Comas nós

temos, graças a Deus, resolvido todas. Tem uma ou duas pendentes. No Jaçanã, por exemplo, nós conseguimos, no ano retrasado,... (Falha na transmissão.) ... e reformar a cozinha toda. A comida era servida em plástico. Hoje,... (Falha na transmissão.) ...no Comas não tem chegado. Eu gostaria que essas denúncias que vocês estão fazendo, que vocês as levem ao Comas e, então, nós conseguiremos resolver. Eu tenho certeza.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Erika Hilton) – Muito obrigada, Sr. Alexandre.

Então, nós vamos passar a palavra à Sra. Rosana Lessa, do Fórum de Assistência Social. (Pausa) A Sra. Rosana não está? (Pausa)

E Darlene Afonso? Tem a palavra a Sra. Darlene Afonso.

A SRA. DARLENE AFONSO – É só para justificar que a Rosana teve uma emergência no Centro de Acolhida. Ela é Assistente Social em um Centro de Acolhida, em São Mateus. Então, por isso ela não pode ficar.

Eu estou aqui representando o Fórum de Assistência Social. Eu acho que eu fui extremamente contemplada nas falas dos companheiros. Eu sou ex-Presidente do COMAS e esses problemas são recorrentes e nós já vemos tratando há bastante tempo e infelizmente eles continuam acontecendo. Eu acho que os colegas me contemplaram e eu queria só incluir aí a questão das crianças e adolescentes em situação de rua sozinhos, sem o acompanhamento das famílias. Nós tivemos um prejuízo bem grande no ano passado, quando foram fechados os serviços de abordagem específicos de crianças e adolescentes. Agora, na Cidade, nós só temos serviços mistos e nós entendemos que isso foi bastante prejudicial para a abordagem desses meninos, principalmente aí, na região Central. Aí, na região Central, nós temos um problema crônico, grave dessas crianças desacompanhadas e que precisam realmente de soluções diferenciadas. Eles normalmente não vão para o SAICA, porque a maioria deles, ou estão restritos em quase todos os SAICAs da Cidade, ou porque têm algum vínculo familiar ainda. Temos um documento que foi entregue para a Secretaria, em 2018, que levou três anos sendo produzido com audiências públicas com a molecada na rua, enfim, e

mostra que muitas dessas crianças vêm para o Centro durante a semana para trabalho, para “N” coisas, mas ainda permanece o vínculo porque vão para casa nos fins de semana e aí se recusam a ir para os SAICAs, por motivos óbvios.

Tínhamos uma proposta de Núcleo que o Comas aprovou no ano passado, era para ser já efetivado pelo menos um primeiro piloto desde o ano passado e esse Núcleo até agora não foi efetivado. E quero saber isso da Secretária, como está essa questão da criança e do adolescente, se ela tem conhecimento desse documento que foi entregue em 2018, que propõe, inclusive, uma política pública específica para o atendimento de criança e adolescente que tem de ser um atendimento diferenciado. Não pode ser feito em conjunto, tem necessidades específicas. E como está essa questão dos núcleos, porque até agora nenhum núcleo foi aberto, nada foi feito e estamos vendo a molecada, um número cada vez maior no Centro da Cidade até por conta da pandemia e da questão econômica.

Queria só que a Secretária nos respondesse com relação a isso, como está a questão dos núcleos e essa política, se ela tem conhecimento desse documento e se existe a discussão em relação a uma política específica para esse grupo.

Muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Erika Hilton) – Muito obrigada, Darlene. Agora temos dois inscritos pelo site, Júlio Cezar de Andrade, do Mandato Coletivo Quilombo Periférico. O Júlio se encontra, Mônica?

A SRA. MÔNICA NASCIMENTO NADER - Não estou localizando.

A SRA. PRESIDENTE (Erika Hilton) – Então a próxima, Carolina Teixeira, da Rede Brasileira de Pesquisa da População em Situação de Rua.

A SRA. BERENICE MARIA GIANNELLA – Vereadora, desculpe interromper, eu preciso sair impreterivelmente às 13h, então se tiver muito mais gente para falar...

A SRA. PRESIDENTE (Erika Hilton) – Não, Secretária. Não tem muito mais gente, só temos a Carolina agora, dos inscritos. Aí temos dois promotores e logo em seguida passo a palavra a V.Exa.

A SRA. BERENICE MARIA GIANNELLA – Não vai dar tempo de eu falar, mas tudo bem.

A SRA. MÔNICA NASCIMENTO NADER – Acho que a inscrita não está presente, Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Erika Hilton) – Dr. Eduardo Valério.

A SRA. MÔNICA NASCIMENTO NADER – Também não.

A SRA. PRESIDENTE (Erika Hilton) – Dra. Fernanda Balera.

A SRA. FERNANDA BALERA – Bom dia a todas e todos, agradeço ao Gabinete do Vereador Suplicy e também da Vereadora Erika Hilton. Vou tentar ser bem breve para podermos ouvir a Secretária, a quem também cumprimento. E dizer, sou da Defensoria Pública do Estado de São Paulo, a Defensoria Pública tem um atendimento à população em situação de rua organizado aqui no Centro e também nas suas regionais.

Infelizmente, quase que diariamente chegam à Defensoria Pública denúncias relativas ao atendimento prestado pela Prefeitura para a população em situação de rua. Essas denúncias passam pelas condições estruturais dos serviços. Então para mostrar como isso que estou trazendo é atual, ontem chegou uma denúncia de questões envolvendo o Família em Foco, do Canindé, inúmeros problemas, mas basicamente falta de equipe técnica; pedido de assinatura de termos, que nada acontece no serviço, para as pessoas não realizarem denúncias; a equipe técnica que chama constantemente a Guara Civil Metropolitana para resolver questões envolvendo a convivência das pessoas ali, que poderiam ser resolvidas com certeza de outra forma e ausência da equipe de Saúde nesse serviço.

E hoje também no atendimento, recebi aqui enquanto estava nesta audiência pública, uma questão envolvendo um outro equipamento. Então acho que nem vale a pena ficar listando todas as denúncias, mas é para dizer que embora pareça haver muita boa vontade da Prefeitura, o fato concretamente é que há déficits e há muitos problemas nesse serviço e precisamos reconhecê-los para poder mudar. Então reconhecer a insuficiência desse serviço, reconhecer que não está sendo prestado de forma adequada para pensar em

alternativas concretas, alternativas que sejam de acordo com o que a população em situação de rua quer, que é principalmente ser tratada com dignidade, ter o seu direito à moradia assegurado da melhor forma possível.

Então me coloco à disposição, como a Secretária disse no chat, para pensarmos juntos em alternativas. Não acredito que as pessoas em situação de rua não procurem os serviços porque não querem estar no serviço. Não procuram porque não recebem um tratamento de qualidade em respeito aos direitos delas, então precisamos pensar nessas alternativas. Me surpreendeu muito a questão das vagas ociosas em repúblicas jovens, porque trabalhei na Infância e Juventude, e não conseguíamos encaminhar os adolescentes quando estavam para sair da Fundação Casa, nunca havia vaga na República Jovem. Então me surpreende que haja essa ociosidade, porque na prática não é o que verificávamos.

Mas quero, acima de tudo, colocar a Defensoria Pública à disposição para pensarmos em soluções, porque os problemas conhecemos, esta audiência pública está servindo para mais uma vez pontuar, mas acho que precisamos caminhar e coletivamente pensar em soluções para essas questões. Então me coloco aqui à disposição da Câmara dos Vereadores e também da Secretária para contribuir da melhor forma nesse sentido.

Muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Erika Hilton) – Muito obrigada, Dra. Fernanda, agradecemos as suas contribuições sempre aqui com o nosso mandato.

Secretária, agradeço também a presença da senhora em nossa audiência. Muito obrigada por ter comparecido, por ficar, ouvir a todos, vou passar a palavra a V.Exa., com 20 minutos antes do seu horário, e peço que quando V.Exa. concluir só espere cinco minutos para que possamos fazer alguns encaminhamentos que gostaríamos de fazer com a senhora aqui em nossa audiência.

Tem a palavra, Secretária.

O SR. EDUARDO MATARAZZO SUPLICY – Será importante também, Presidente Erika Hilton, que a Sra. Luiza Trotta, que representa a Sra. Claudia Carletto, Secretária de

Direitos Humanos, que está presente, possa falar após a Sra. Berenice. Lamento que Claudia Carletto não tenha comparecido.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Erika Hilton) – Excelente, Vereador Suplicy. Tem a palavra, Secretária.

A SRA. BERENICE MARIA GIANNELLA – Eu vou primeiro fazer uma colocação: os casos individuais, fica difícil de a gente responder aqui. Houve algumas denúncias individuais, então que eu prefiro que as pessoas que as fizeram encaminhem para Ouvidoria da Secretaria de Direitos Humanos ou para a Comissão da Câmara, para que a gente possa verificar, porque eu não tenho condições agora de responder casos individuais de pessoas que eventualmente tiveram problemas nos equipamentos. Mas peço que encaminhe que a gente vai verificar.

Sr. Murilo, algumas das queixas foram individuais em relação a essas que eu estou falando. E, por acaso, eu estava sabendo do caso da Dona Geisa, porque ontem houve uma demanda em relação a ela, então eu pude responder; mas eu não tenho condições de saber, diante uma rede de atendimento como a nossa, de todos os casos individuais.

Em relação ao questionamento do Vereador Sidney Cruz, o Centro de Qualificação continua funcionando. Nós temos 11.120 vagas na cidade de São Paulo só no Cedesp, fora a rede de Secretaria de Desenvolvimento Econômico, e essas vagas estão abertas à população em situação de rua. Então, é só eles procurarem a assistente social do serviço, pedirem para entrar nessas vagas, que a gente consegue colocá-los.

Os abrigos não são respostas para a população em situação de rua? Eu concordo que não é a melhor resposta, só que boa parte dessa população em situação de rua quer moradia, e a política habitacional não compete à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social. Então acho que seria importante que vocês tivessem uma conversa sobre moradia para que isso fosse discutido no âmbito da pasta adequada, e não aqui.

O mundo inteiro trabalha com abrigos embora não sejam o melhor, mas é a solução

que todos encontraram. Em São Paulo, estamos procurando prédios que estão inteiramente vazios, estamos alugando esses prédios, especialmente quando eram hotéis antigos, para ter quartos individualizados.

Convido os Vereadores e as demais pessoas aqui a visitarem o Art-Palácio, que é um centro de acolhimento especial de família que abrimos em frente ao Largo do Paissandu, ao lado da Galeria do Rock, onde temos vagas para famílias, sendo cada família em um quarto, com banheiro, e cada andar tem uma copa para que elas possam usar, além da alimentação que é fornecida pela entidade.

Nós abrimos outro serviço de acolhimento para adultos, que era o antigo Hotel Terra Nobre, do lado da rua Barão de Almeida, com 207 vagas para idosos, idosas e PCDs, onde também ficam duas ou três pessoas em cada dormitório, com banheiro privado.

Isso nunca foi feito em São Paulo, isso é uma novidade; essas 600 vagas de hotel são vagas caras, mas a gente aposta, o Prefeito Bruno Covas tinha pedido para a gente tocar esse projeto, o Prefeito Ricardo Nunes pediu para continuar porque, embora seja uma vaga cara, é uma vaga de mais qualidade; e nós entendemos que no decorrer do percurso teremos uma economia graças a um retorno melhor dessas pessoas.

Nós já tivemos casos de pessoas que estavam em hotéis que voltaram para o seu Estado, voltaram para a sua família, enfim. Então, a Prefeitura tem investido, sim, em outros tipos de atendimento, só que nós temos uma rede enorme, nós focamos inclusive no programa de metas, porque nenhum serviço pode ter mais do que 200 vagas; então nós vamos trabalhar com isso até o final de 2024. Só que nós temos uma rede imensa que precisa ser reestruturada e, para isso, nós precisamos, como bem falou o Marcos, de recursos.

Nós podemos receber emendas parlamentares, depois de um pedido nosso ao Comas para receber emendas parlamentares direcionadas a entidades. Então os Srs. Vereadores podem direcionar emendas para entidades que estejam nesses serviços e que possam eventualmente melhorá-los, assim como discutir a questão do orçamento e a questão de repasse de recursos.

O Governo do Estado repassa para a Prefeitura R\$ 60 milhões; o Governo Federal, R\$ 120 milhões, sendo que este ano o orçamento do Governo Federal está 40% do ano passado.

Nós recebemos a primeira parcela de 2021 na segunda-feira, 40% só da parcela, e a Prefeitura que está bancando tudo isso.

no nosso orçamento, o Marcos falou que o nosso orçamento é de R\$ 1,2 bilhão, mas na verdade está sendo de R\$ 1,6 bilhão, porque precisamos computar os R\$ 400 milhões que a Prefeitura colocou para o pagamento da renda base emergencial; mas o dinheiro é finito, e nós temos que trabalhar com orçamento que é colocado, então acho que cabe aos Vereadores discutirem essa questão do orçamento, inclusive do aumento dos repasses do Estado e do Governo Federal.

A questão do *housing first*, eu sei que eles estão discutindo no Governo Federal, e nós estamos aguardando, mas já sabemos que não vem recurso de qualquer forma. Também temos um prédio de locação social para PopRua, aberto em fevereiro de 2019, que funciona na Asdrúbal do Nascimento, para o qual convido os Srs. Vereadores e as demais pessoas a visitarem.

São apartamentos reformados pela Cohab, onde têm famílias morando, que estão pagando apenas um percentual do que ganham para ficarem lá. Por isso, é um projeto muito interessante que nós precisamos ampliar.

Na Morada São João, falaram que eles estão passando fome. Esses idosos têm cinco refeições por dia, mas eu vou pedir para verificar se tem algum problema na alimentação deles.

As reclamações do Florescer II também não chegaram para nós. Nós temos dois serviços para acolhimento de mulheres trans, que é o Florescer I e II, e as reclamações não chegaram até nós. Eu peço ao rapaz que falou, que possa encaminhar essas críticas.

Os trabalhadores da SMADS não pararam de trabalhar durante a pandemia; os CRASs continuaram abertos fazendo o atendimento do cadastro único, *on-line* e, às vezes,

presencialmente, dependendo do momento da pandemia.

Ampliamos o horário de atendimento agora, que estava de seis horas por dia por conta das restrições da Covid: voltamos a atender oito horas por dia.

Os cadastramentos estão sendo feitos, mas eu devo alertá-los de que nós temos 126 mil famílias que identificamos que estão no CadÚnico, que poderiam receber o Bolsa Família e que o Governo Federal, até agora, não concedeu.

Eu pediria ajuda dos Vereadores, para que o Governo Federal também fosse instado a colocar essas 126 mil famílias, que deve gerar em torno de 700, 800 mil pessoas, para receberem o Bolsa.

Os trabalhadores também foram vacinados, assim como os cadastradores do CadÚnico. A Secretaria Municipal da Saúde vacinou todas as pessoas que trabalham nos CRASs, nos CREAs e no SAS. Nós estamos aguardando apenas orientação da Secretaria de Gestão, para quando devem voltar para o trabalho presencial, porque há pessoas que estão em teletrabalho, especialmente os idosos e os que tinham comorbidades.

Esse caso que a Sra. Euzeni falou, do Santo Amaro, eu desconheço. Acho esquisito que tenham mandado para o Atende 4. Falo isso porque o Atende 4 é um atendimento de pessoas com problemas de drogadição. Se me mandarem o nome depois, eu posso ver o que está acontecendo.

Quanto à questão dos desligamentos, nós estamos trabalhando internamente no Regimento Interno desses acolhimentos, porque, de fato, eles não têm uma lógica para fazer os desligamentos. Não existe um processo que guie esse desligamento, e a gente está trabalhando nisso internamente, para que a gente possa ter uma única diretriz para todos os acolhimentos. Quer dizer, quem eventualmente pode ou deve ser desligado, deve ser uma diretriz da SMADS, que não existe; mas a gente está trabalhando em relação a ela.

Quanto à central de vagas, ela começou a funcionar agora, no dia 3 de maio. Começamos com as crianças, os adolescentes em repúblicas e as famílias acolhedoras. Então, começamos com a central de vagas, com total apoio da Corregedoria e do Tribunal de Justiça.

A gente já tem um planejamento, para incluir os outros públicos na central de vagas. Nós já temos uma empresa contratada para essa central de vagas, que já está atuando nas vagas de crianças e adolescentes em repúblicas jovens; e a gente espera, ao longo do tempo. A gente teve alguns problemas iniciais. Os conselheiros tutelares não queriam pedir vaga e não queriam preencher formulário para pedir vaga; mas a gente tem acertado, ao longo dessas três semanas, e o serviço está funcionando bem.

A nossa perspectiva é que, ao longo aí dos próximos dois anos, a gente consiga colocar todos os serviços na central de vagas. Para isso, a gente depende de uma mudança no nosso sistema de informática. Nós já tivemos reuniões com a Prodam. O Prefeito Ricardo Nunes pediu urgência para a Prodam resolver essa questão da informática da secretaria, para que a gente consiga ir, o mais rápido possível, e ver qual é a questão da central de vagas.

Discordo da Sra. Darlene, quando ela fala que prejudicou o atendimento dos SEAS. Podemos fazer o SEAS misto. A gente mudou o serviço. Houve várias representações junto ao TCM.

Por fim, o TCM aprovou os nossos novos editais. Nós ampliamos o atendimento para crianças e adolescentes em situação de rua. A secretaria - a Sra. Darlene sabe que foi na sua gestão - encaminhou a proposta da criação do núcleo para o atendimento de crianças e adolescentes em situação de rua. Nós fizemos o edital. Quem foi selecionado não está encontrando imóveis na região central, para abrir o núcleo.

Então, a gente está acompanhando. Já localizaram alguns imóveis que não eram adequados. Então, o edital está concluído, mas a gente não conseguiu ainda arrumar um imóvel.

Com relação a adolescentes e crianças restritas no SAICA, nós estamos acabando com isso. Infelizmente era uma prática que existia. Por isso, também há a necessidade de haver uma central de vagas. Cada caso que eventualmente apareça, como restrito, vai ser estudado pela nossa equipe técnica. A única restrição que nós aceitamos é a restrição que importe em risco de vida ao adolescente ou aos funcionários do SAICA. A gente tinha recebido

denúncia de que o adolescente ia para o baile *funk* e depois não podia voltar, porque estava restrito. Isso não vai acontecer mais, porque nós vamos estudar, caso a caso, essas restrições.

Em relação à população trans, o edital da população para o serviço, para homens trans, está em fase de análise. Nós recebemos quatro propostas do edital e, até meados de junho, a gente deve ter o resultado do edital de chamamento. Se não houver dificuldade para se arrumar o imóvel, que vai ser na região de Santana, eu acredito que, até agosto ou setembro, a gente já tenha esse acolhimento para homens trans.

Eu peço, reitero aqui que V.Exas. encaminhem para a gente as denúncias, para nós e para o Comas, porque o Comas também está preocupado com isso.

Em relação às vagas, eu posso mandar toda a lista para os senhores. Eu estou aqui com a lista aberta.

A Sra. Fernanda fez uma pergunta. Nós temos, na República Jovem, hoje 28 vagas em aberto. Pode ser que haja esse número grande de vagas, porque nós fizemos uma grande criação de repúblicas jovens neste ano. Acho que os senhores acompanharam. Inauguramos na Penha. Nessa semana, eu inaugurei na Capela do Socorro, mas nós temos 28 vagas para a República Jovem e temos 47 vagas para crianças, para famílias acolhedoras.

Então, as crianças da cidade de São Paulo têm possibilidade de ir para a família acolhedora e têm possibilidade agora, quando fizerem 18 anos e tiverem perfil, indo para a república jovem. Hoje não faltam vagas para repúblicas jovens. Há a república de adultos, que também foi uma reclamação. Aqui nós temos 35 vagas na república de adultos e 955 vagas nos centros de acolhimento 24 horas. Há 156 vagas para mulheres e 344 vagas ociosas nos SAICAs. Então, de fato, não faltam vagas na rede. Concordo que a gente precisa melhorar o atendimento, e acho que as denúncias que os senhores encaminharem vão ser superimportantes, porque a gente tem alguns serviços que são muito bons e outros que infelizmente deixam a desejar.

Então, a gente espera que, com essas denúncias também, a gente consiga eventualmente fazer algum corte de orçamento ou corte de serviço.

Em relação à questão dos serviços 24 horas - coisa que a Sra. Euzeni está perguntando aqui não era para o serviço aderir se a proposta de 24 horas.

O que está acontecendo agora é que nós encaminhamos a informação. Editamos uma nova portaria - se não sair hoje, deve sair amanhã - colocando as 24 horas como regra, porque a gente precisava dessa aprovação também no Comas, que só veio recentemente.

Eu acho que a questão das dificuldades de vagas pode estar relacionada a vagas específicas, como eu falei. Por isso, a gente está abrindo serviços de idosos, serviços para a família e serviços específicos; mas eu reitero aos senhores que a gente tem vagas. Eventualmente pode haver um problema à noite, quando é preciso um leito baixo. A gente pode não tem leito baixo, mas a gente tem vagas suficientes.

Era isso que eu queria colocar.

Muito obrigada.

O SR. EDUARDO MATARAZZO SUPLYCY – Eu agradeço, Sra. Secretária Berenice. Se V.Exa. puder ter a resposta aos ofícios sobre Santo Amaro e Lapa, que foram enviados em fevereiro, no início deste mês, agradecemos.

Gostaria de ressaltar, Sra. Presidente Erika Hilton, que todos que prestaram depoimentos encaminhem a nossa comissão o relato completo, para encaminharmos a relação de todos.

A SRA. PRESIDENTE (Erika Hilton) – Nobre Vereador Eduardo Matarazzo Suplycy, são exatamente esses os encaminhamentos que eu farei junto à Sra. Secretária.

Quero agradecer imensamente V.Exa., Sra. Secretária, por ter estado em nossa audiência e por ter respondido.

É sabido que, por conta do tempo, as pessoas acabam não conseguindo colocar todas as demandas da forma como gostariam. Então, eu quero pedir para que as pessoas encaminhem essas demandas, para que nós possamos mandar para a secretaria.

Nós também pretendemos, por parte desta comissão, fazer inspeções, Sra. Secretária, nesses serviços e encaminhar a V.Exa. ofícios dessas inspeções; e, no que diz

respeito à Casa Florescer II, que V.Exa. falou sobre críticas e, na verdade, são violações gravíssimas de Direitos Humanos, eu sugiro, Sra. Secretária, que a sua secretaria, com esta comissão, possa fazer uma reunião de urgência, emergencial, para tratar desses temas e alguns outros que nós temos avaliado como temas muito difíceis, neste momento, e que também a gente possa, Sra. Secretária, junto com a Comissão de Direitos Humanos e a Secretaria de Desenvolvimento Social, fazer uma diligência na Casa Florescer II.

Eu tenho tido que conversar com algumas meninas, inclusive até mesmo de forma clandestina, por conta do medo que elas sentem, por questão da represália.

Então, o que eu encaminho, Sra. Secretária, já que V.Exa. precisa sair? Antes de passar a questão para a representante da Comissão de Direitos Humanos, é que a gente possa mandar oficiado todas as coisas que foram ditas aqui e aquelas que não puderam ser ditas por conta do tempo, é que a gente possa nos reunir em caráter emergencial, para tratar de alguns pontos que foram levantados, nessa audiência, que são mais sensíveis, no que diz respeito aos Direitos Humanos e ao Desenvolvimento Social, também tratando de uma diligência na Casa Florescer II.

Podemos pactuar Sra. Secretária?

A SRA. BERENICE MARIA GIANNELLA - Eu estou à disposição, Sra. Presidente. Todas as vezes inclusive que V.Exa. pediu, nós nos reunimos. Não há problema algum de reunirmos.

A SRA. PRESIDENTE (Erika Hilton) – Excelente.

A SRA. BERENICE MARIA GIANNELLA - Se houver problemas efetivamente, nós vamos tentar consertá-los.

A SRA. PRESIDENTE (Erika Hilton) – Muito obrigada, Sra. Secretária.

A SRA. BERENICE MARIA GIANNELLA - É que essas denúncias não chegaram até aqui.

A SRA. CAROLINA IARA - Sra. Secretária e Sra. Presidente, peço só para encaminhar para a SMADS também, se for possível. Sobre a questão da transfobia, eu havia

perguntado se existia algum plano, algum programa específico da SMADS, para combater a transfobia na rede. Acredito que, pelo tempo, não deu para ser explicitado isso.

Sra. Presidente, acho que o encaminhamento para isso, para além da Casa Florescer, é para que toda a rede pudesse ter um planejamento específico contra as violações de Direitos Humanos para a população trans, que tem se repetido bastante, e todos os gabinetes aqui recebem essas denúncias.

A SRA. PRESIDENTE (Erika Hilton) – Sim.

A SRA. BERENICE MARIA GIANNELLA E - E agradeço pela fala, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Erika Hilton) – Inclusive, Sra. Secretária, eu me lembro de que nós tínhamos conversado, em nosso último encontro, de falarmos inclusive sobre treinamento aos profissionais da linha de ponta, relacionados aos Direitos Humanos. Eu sugeria à Sra. Secretária Elza que nós pudéssemos, junto à Comissão de Direitos Humanos, formular uma formação aos agentes da segurança pública voltado aos Direitos Humanos; e reitero com V.Exa. também a necessidade de que nós possamos formular uma formação aos trabalhadores da ponta, no que diz respeito ao que aponta a Sra. Carolina Yara, com relação à transfobia, mas também com relação aos Direitos Humanos. Peço que V.Exa. avalie isso também, para que a gente possa dar continuidade nessa nossa conversa, e fazer o encaminhamento, no que diz respeito a essas conversas, palestras e informações aos profissionais da linha de frente, para que estejam preparados para lidar com essas populações, porque, com certeza, muitas são as denúncias que chegam diariamente até nós, voltadas à violação dos Direitos Humanos e especificamente à transfobia institucional, que nós vemos diariamente acontecendo.

Tem a palavra o nobre Vereador Dr. Sidney Cruz.

O SR. DR. SIDNEY CRUZ - Obrigado, Sra. Presidente. Eu quero rapidamente aqui agradecer a presença da Sra. Secretária e parabenizá-la pelos esclarecimentos e também pela disponibilidade. Quero também agradecer, Sra. Presidente, a participação de todos, com informações trazidas de extrema importância para a nossa comissão; e vamos continuar

dialogando, porque a única forma de a gente apresentar soluções para os problemas e melhorar o serviço, no que for necessário.

Muito obrigado a todos; e peço desculpas, porque vou ter que sair antes da finalização da audiência, porque eu estou atrasado para outros compromissos.

A SRA. PRESIDENTE (Erika Hilton) – Nobre Vereador, nós é agradecemos também o seu empenho na luta e na defesa dos Direitos Humanos, que muito contribui nesta comissão.

Muito obrigada pela sua presença, nobre Vereador Dr. Sidney Cruz.

Dando continuidade então a nossa audiência, agradeço, mais uma vez, em nome de todos os Vereadores e a sociedade civil, a presença da Sra. Secretária a esta audiência.

Tem a palavra a Sra. Luiza Trotta, representante da Secretaria de Direitos Humanos.

A SRA. LUIZA TROTTA - Oi. Boa tarde a todos. Eu sou assessora técnica da Coordenação de Políticas para a População em Situação de Rua. Estou substituindo a minha coordenadora Julia, que está de férias; e estou também representando a Sra. Cláudia, Secretária da Secretaria Municipal de Direitos Humanos, que pede desculpas pôr não poder comparecer a esta audiência.

Em nome da Sra. Secretária e da Coordenação, eu agradeço o convite a esta comissão para compor esse espaço.

Enfim, falando brevemente da Coordenação, porque a gente está em vias de encerrar a coordenação de políticas para a população em situação de rua. Ela tem como uma das atribuições articular as ações e políticas públicas voltadas a essa população, principalmente com base na participação da sociedade civil e movimentos sociais por meio do Comitê PopRua, que tem grande importância na nossa atuação, uma vez que, por meio dele, a gente consegue ter acesso a denúncias e informações. É também por meio dele que conseguimos pensar e discutir políticas públicas conjuntamente com a sociedade civil. Inclusive fica o convite para todos, todas e todes aqui participarem das nossas reuniões ordinárias que

ocorrem toda primeira quarta do mês, às 15h.

Por fim, é importante salientar que a gente não gera serviços de acolhimento para a população em situação de rua, mas nós da Coordenação estamos aqui para apoiar a SMADS na qualificação de seus serviços por meio do diálogo com o Comitê PopRua, tendo inclusive vários de seus membros e membras se manifestado nesta audiência. A gente, da Secretaria, fica à disposição para os próximos convites.

Obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Erika Hilton) – Obrigada, Luiza. Peço que transmita à Secretária Claudia, por quem eu tenho um profundo respeito, a minha lamentação por nunca tê-la presente em nossas audiências. É lamentável que a Secretária nunca possa participar das audiências relacionadas às pautas dos direitos humanos.

Enfim, acho que nós conseguimos passar a palavra para todos. Pergunto se algum Vereador ou participante desta audiência gostaria de fazer um uso muito breve da palavra antes do encerramento. Reitero que esta Comissão irá oficializar ambas as Secretarias sobre tudo aquilo que foi dito e se alguém não teve a oportunidade de colocar a sua fala, poderá enviar em nome da Mônica para esta Comissão, que nós iremos sistematizar, organizar e encaminhar tanto à Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social como à Secretaria de Direitos Humanos todas as demandas levantadas, e não apenas encaminhar, mas seguir em inspeção, exigindo que sejam respondidas e também resolvidas, porque, às vezes, nós temos a sensação de que só a resposta dá conta do que foi apresentado e nós sabemos que é preciso aprofundar e planejar para encontrar respostas a essas sérias e graves denúncias que chegam a esta Comissão e que foram citadas e relatadas nesta audiência pública.

Antes de proceder ao encerramento, pergunto se alguém mais gostaria de fazer o uso da palavra.

O SR. EDUARDO MATARAZZO SUPPLY – Sim, Presidenta Erika Hilton. Eu gostaria que preparássemos uma mensagem ao Ministro da Cidadania, informando que, nesta reunião, a Secretária de Assistência e Desenvolvimento Social Berenice nos informou que há

mais de 126 mil famílias que deveriam estar recebendo o Bolsa Família na cidade de São Paulo, correspondendo, salvo engano, a cerca de 800 mil pessoas, que já estão cadastradas, pelo que ela mencionou, mas que não estão recebendo. Se a nossa assessoria puder preparar este ofício para ser assinado pela Sra. Presidente Erika Hilton, eu próprio e os demais membros da Comissão que ouvimos a Secretária Berenice.

Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Erika Hilton) – Excelente, Vereador Eduardo Suplicy.

Sem sombra de dúvida, Vereador Eduardo, iremos fazer esse encaminhamento.

Tem a palavra o Sr. Alderon.

O SR. ALDERON COSTA– Obrigado, Vereadora.

Queria só fazer algumas questões. Primeiro, a Secretaria deixou várias questões sem respostas. A primeira delas, inclusive, é sobre o relatório da Comissão, de 2019, que não recebemos até hoje a resposta. Queria muito saber como é que estão os serviços que visitamos e que a Comissão produziu um relatório. Se a Comissão puder mandar um ofício cobrando isso da Secretária, eu agradeceria.

O segundo ponto, acho que precisamos pensar em alguma reunião em que a gente possa dialogar sobre a questão da articulação dos serviços, inclusive, pensar quem são as organizações que estão realizando os trabalhos de ponta. Nós não sabemos, não temos informação. Então, de alguma forma, essa Comissão poderia nos ajudar a entender quem são as organizações que estão lá na ponta e que estão dando problema. São as organizações que estão dando problema. A Secretaria não fiscaliza, não supervisiona. Então, queria deixar essa segunda questão para pensarmos.

A terceira é a questão da formação. Temos de insistir nisso. Isso é primordial. Para esta Comissão, uma sugestão: se for possível, as próximas reuniões da Comissão - de tão importante que é esta Comissão - pudessem começar um pouquinho mais cedo para a gente não ficar nessa correria, porque temos muitas questões, muitas violações de direitos humanos e cada uma delas é sempre essa correria. A última da região da Luz também foi uma correria.

Então, uma sugestão do grupo que eu participo do WhatsApp - não é minha, é nossa - é que se comesse a reunião um pouco mais cedo. Obrigado, Vereadora.

A SRA. PRESIDENTE (Erika Hilton) – Obrigada, nós é que agradecemos.

Temos uma questão, Alderon, que é mesmo que nós começemos as audiências às 6h, a Secretaria sempre tem um horário e precisam sair. Não faz sentido que as audiências ocorram sem que as Secretarias ouçam as demandas e deem as devolutivas. Então, a nossa questão é exatamente esta falta de flexibilidade nesse tempo livre que os Secretários ou seus representantes dispõem para estarem nas audiências.

Então, a gente tem um problema muito grande que temos atuado com relação a ele e reitero, na sua primeira sugestão, que todos que fizeram falas e não tiveram suas falas respondidas ou todos que não puderam, por conta do tempo, colocar todas as questões que haviam se preparado, peço que o façam por escrito porque esta Comissão se compromete em oficializar as Secretarias e depois fazer a devolutiva de cada uma das respostas. Sendo oficiada, a Secretaria tem obrigação em responder.

Sabemos que às vezes, pelo tempo, não cabem todas as perguntas, por isso nosso compromisso em que todas as questões possam ser respondidas e aquelas que não puderam ser feitas, também possam ser feitas, por isso peço que encaminhe essas demandas porque nós encaminharemos à Secretaria.

Com relação as formações, já estamos produzindo e trabalhando nisso. Todas as outras sugestões serão acolhidas sem sombra de dúvida, Alderon.

Não tendo mais nada, considero encerrada a nossa audiência pública da Comissão de Direitos Humanos e desejo a todos uma ótima tarde.